

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Obras do autor</i>	7
<i>Homenagem a Diogenes Gasparini</i>	13
<i>Nota do atualizador</i>	15
<i>Apresentação</i>	17
<i>Nota do autor</i>	19

Capítulo I DIREITO ADMINISTRATIVO

I — O DIREITO, SEUS RAMOS E SUB-RAMOS.....	55
II — DIREITO ADMINISTRATIVO, SUB-RAMO DO DIREITO PÚBLICO	56
III — A EXPRESSÃO “DIREITO ADMINISTRATIVO”	56
IV — CONCEITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	57
V — PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	60
1. Aspectos gerais.....	60
2. Princípios de Direito Administrativo.....	61
2.1. Princípio da legalidade.....	61
2.2. Princípio da impessoalidade.....	62
2.3. Princípio da moralidade	63
2.4. Princípio da publicidade.....	65
2.5. Princípio da finalidade	68
2.6. Princípio da continuidade.....	71
2.7. Princípio da indisponibilidade.....	72
2.8. Princípio da autotutela.....	73

2.9. Princípio da supremacia do interesse público	74
2.10. Princípio da igualdade	74
2.11. Princípio da eficiência	76
2.12. Princípio da motivação	77
2.13. Princípio da razoabilidade	78
VI — INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	80
VII — FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	81
1. Conceito.....	81
2. Espécies	81
2.1. A lei.....	82
2.2. A jurisprudência	83
2.3. Costume.....	85
2.4. Princípios gerais de direito.....	86
3. Outras fontes.....	86
VIII — CODIFICAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	86
IX — O DIREITO ADMINISTRATIVO E SEUS RELACIONA- MENTOS	88
X — ASPECTOS HISTÓRICOS DO DIREITO ADMINISTRA- TIVO.....	91
1. Remota Antiguidade	92
2. Antiguidade clássica: Grécia e Roma.....	92
3. Idade Média.....	92
4. Idade Moderna.....	93
XI — DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL	95

Capítulo II ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

I — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: OBJETO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	96
II — CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	96
III — ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	97

IV — ÓRGÃOS PÚBLICOS.....	99
1. O querer e o agir do Estado.....	99
2. A natureza dos órgãos públicos.....	99
3. Conceito e competência do órgão público.....	100
4. Relação entre a vontade do órgão e a do agente público..	101
5. Relações interorgânicas.....	102
6. Classificação dos órgãos públicos.....	102
6.1. Os critérios de classificação.....	102
6.1.1. Quanto à posição que ocupam na estrutura estatal.....	103
6.1.2. Quanto à composição do órgão.....	104
6.1.3. Quanto à atuação funcional.....	104
V — HIERARQUIA ADMINISTRATIVA.....	105
VI — ATIVIDADE ADMINISTRATIVA.....	107
1. Conceito.....	107
2. Natureza e fim.....	108
3. Princípios básicos.....	108

Capítulo III

ATO ADMINISTRATIVO

I — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	109
II — ATO ADMINISTRATIVO.....	110
1. Aspectos preliminares.....	110
2. Conceito.....	112
3. Requisitos do ato administrativo.....	113
3.1. Agente público competente.....	113
3.2. Finalidade.....	115
3.3. Forma.....	115
3.4. Motivo.....	116
3.5. Conteúdo.....	119
3.6. Objeto.....	119
3.7. Causa.....	120
4. Perfeição, validade e eficácia.....	121
5. Vigência e eficácia.....	123
6. Efeitos do ato administrativo.....	123
7. Atributos do ato administrativo.....	124

7.1. Presunção de legitimidade.....	125
7.2. Imperatividade.....	126
7.3. Exigibilidade	127
7.4. Autoexecutoriedade.....	127
III —CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	129
1. Critérios de classificação.....	129
1.1. Quanto à natureza da atividade administrativa.....	129
1.2. Quanto à natureza do conteúdo.....	130
1.3. Quanto aos destinatários do ato.....	131
1.4. Quanto ao grau de liberdade da Administração Pública para decidir.....	131
1.5. Quanto aos efeitos.....	132
1.6. Quanto à abrangência dos efeitos.....	133
1.7. Quanto à composição da vontade.....	133
1.8. Quanto à vontade administrativa.....	133
2. Quadro sinótico	134
IV —ATO ADMINISTRATIVO EM ESPÉCIE.....	135
1. As espécies de atos administrativos.....	135
1.1. Admissão.....	135
1.2. Permissão	135
1.3. Autorização	136
1.4. Aprovação	136
1.5. Homologação	137
1.6. Licença	137
1.7. Concessão.....	138
1.8. Dispensa	138
1.9. Adjudicação.....	138
1.10. Revogação	139
1.11. Invalidação	139
2. Quadro sinótico	139
V —EXTERIORIZAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO.....	140
1. As diversas fórmulas de exteriorização	140
1.1. Decreto	140
1.2. Portaria	140
1.3. Alvará.....	141
1.4. Aviso	141

1.5. Circular.....	141
1.6. Ordem de serviço	141
1.7. Resolução	142
1.8. Ofício.....	142
1.9. Instrução.....	142
1.10. Despacho.....	143
1.11. Parecer.....	143
1.12. Certidão.....	145
2. Quadro sinótico	146
 VI — PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	 146
 VII — VINCULAÇÃO E DISCRICIONARIEDADE.....	 148
 VIII — EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	 151
1. Causas determinantes da extinção	151
2. Extinção do ato eficaz	151
2.1. Cumprimento dos efeitos	152
2.2. Desaparecimento do sujeito da relação jurídica.....	152
2.3. Desaparecimento do objeto da relação jurídica	153
2.4. Retirada	153
2.5. Renúncia.....	154
3. Extinção do ato ineficaz	155
3.1. Recusa	155
3.2. Mera retirada	155
4. Quadro sinótico	156
 IX — REVOGAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO.....	 156
1. Conceito.....	156
2. Espécies de revogação	157
3. Objeto, motivo e conteúdo.....	158
4. Natureza, eficácia e fundamento	159
5. Competência revogatória	159
6. Irrevogabilidade.....	160
7. Revogação e indenização.....	161
8. Revogação em outros ramos do Direito	161
9. Revogação da revogação e repristinação	162
10. Nova decretação do ato revogado.....	162

X — INVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO	163
1. Conceito.....	163
2. Objeto, motivo, conteúdo e espécies	164
3. Natureza, fundamento e efeitos	165
4. Competência invalidadora	166
5. Invalidação e indenização.....	167
6. Convalidação	167
7. Prescrição e invalidade	167
8. Nova decretação do ato invalidado.....	169
XI — CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	169

Capítulo IV

PODERES REGULAMENTAR E DE POLÍCIA

I — INTRODUÇÃO	171
II — PODER REGULAMENTAR	171
1. Conceito.....	171
2. Poder, faculdade ou atribuição	172
3. Fundamento	173
4. Atribuição originária ou derivada.....	174
5. Limites à atribuição regulamentar	174
6. Regulamento.....	175
6.1. Conceito	175
6.2. Instrumento ou veículo do regulamento.....	175
6.3. Classificação	176
6.4. Regulamento em relação à lei	176
6.4.1. Regulamento executivo.....	176
6.4.2. Regulamento delegado.....	177
6.4.3. Regulamento autônomo	177
7. Outros aspectos do regulamento.....	178
III — PODER DE POLÍCIA	178
1. Introdução.....	178
2. Conceito.....	179
3. Fundamento	179
4. Características	180
5. Objeto, motivo e fins	180
6. Competência.....	181

7. Sentido amplo e estrito	182
8. Polícia administrativa vs. polícia judiciária	182
9. Discricionariedade e vinculação do poder de polícia	183
10. Manifestação da atribuição de polícia	183
11. Limites da atribuição de polícia	184
12. Campos de atuação	184
13. O ato de polícia	185
14. Autoexecutoriedade do ato de polícia	185
15. Indelegabilidade	187
16. Sanções	188
17. Controle do ato de polícia	189
18. Prescrição do ato de polícia	189

Capítulo V

AGENTES PÚBLICOS

I — CONCEITO DE AGENTES PÚBLICOS	191
II — O COMUM NOS AGENTES PÚBLICOS	192
III — CARACTERIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA	192
IV — PODERES	192
V — USO E ABUSO DO PODER	193
1. A razão do poder	193
2. O uso do poder	194
3. A expressão “abuso de poder”	194
4. Caracterização	196
5. Abuso de poder nos atos legais e ilegais	199
6. Abuso de poder nos atos discricionários e vinculados	200
7. Abuso de poder nos atos omissivos e comissivos	200
8. Conceito de abuso de poder	200
9. Repressão ao abuso de poder	200
10. Responsabilidade por atos de abuso de poder	201
VI — PRERROGATIVAS DO AGENTE PÚBLICO	202
VII — DEVERES DO AGENTE PÚBLICO	202
1. Dever de agir	202
2. Dever de eficiência	203

3. Dever de probidade.....	205
4. Dever de prestar contas.....	206
VIII — CLASSIFICAÇÃO.....	207
1. Agentes políticos	208
2. Agentes temporários.....	211
3. Agentes de colaboração.....	219
3.1. Conceito	219
3.2. Espécies.....	219
4. Servidores governamentais.....	221
4.1. Conceito e característica	221
4.2. Regime jurídico.....	221
4.3. Emprego, quadro e carreira	222
4.4. Ingresso	222
4.5. Direitos e obrigações.....	222
4.6. Extinção do vínculo.....	223
5. Servidores públicos	224
5.1. Conceito	224
5.2. Características	224
5.3. Espécies.....	225
5.4. Competência organizacional	226
5.5. Princípios constitucionais aplicáveis aos servidores ...	228
5.5.1. Acessibilidade a cargos, empregos e funções ...	229
5.5.2. Ingresso no quadro.....	230
5.5.2.1. Concurso público.....	231
5.5.2.2. Livre escolha	236
5.5.2.3. Processo seletivo público	237
5.5.3. Proibição de acumular	238
5.5.4. Retribuição.....	242
5.5.4.1. Conceito	242
5.5.4.2. Espécies.....	243
5.5.4.3. Vencimento, vencimentos, remuneração e subsídio	243
5.5.4.4. Fixação, alteração e limites	245
5.5.4.5. Revisão geral	248
5.5.4.6. Irredutibilidade	249
5.5.4.7. Pagamento	250
5.5.5. Direito de greve.....	251
5.5.6. Direito à livre associação sindical.....	252
5.5.7. Investidura em mandato eletivo	252

5.5.8.	Responsabilidade regressiva	254
5.5.9.	Imprescritibilidade da ação de ressarcimento	254
5.6.	Servidores estatutários.....	255
5.6.1.	Conceito	256
5.6.2.	Onde existem	256
5.6.3.	Regime jurídico.....	256
5.6.4.	Princípios constitucionais aplicáveis aos servidores estatutários.....	259
5.6.4.1.	Aposentadoria, proventos, pensão, limites e regras de transição	259
5.6.4.2.	Estabilidade	265
5.6.4.3.	Reintegração.....	274
5.6.4.4.	Disponibilidade	275
5.6.4.5.	Associação sindical	280
5.6.5.	Outros aspectos.....	282
5.6.5.1.	Vitaliciedade.....	282
5.6.5.2.	Inamovibilidade.....	283
5.6.5.3.	Férias	283
5.6.5.4.	Licença	284
5.6.5.5.	Adicional, gratificação e indenização.....	285
5.6.5.6.	Deveres	289
5.6.5.7.	Quarentena.....	291
5.6.5.8.	Atribuição disciplinar	293
5.6.6.	Responsabilidade	294
5.6.6.1.	Conceito e espécies	294
5.6.6.2.	Responsabilidade penal	295
5.6.6.3.	Responsabilidade civil.....	296
5.6.6.4.	Responsabilidade administrativa..	298
5.6.7.	Extinção do vínculo	301
5.6.7.1.	Extinção por ato administrativo....	302
5.6.7.2.	Extinção em razão de fato natural .	306
5.6.7.3.	Extinção por força de sentença....	307
5.7.	Agentes militares.....	307
5.7.1.	Conceito	308
5.7.2.	Regime	308
5.7.3.	Ingresso no quadro.....	309
5.7.4.	Atividade e inatividade	310
5.7.5.	Acumulação de cargos	311

5.7.6. Sindicalização e greve.....	312
5.7.7. Atividade político-partidária.....	312
5.7.8. Remuneração	313
5.7.9. Direitos sociais estendidos aos agentes mili- tares.....	314
5.7.10. Desligamento	314
IX — GUARDA MUNICIPAL.....	314
X — LIMITES COM GASTO DE PESSOAL.....	315

Capítulo VI CARGOS PÚBLICOS

I — CONCEITO DE CARGO PÚBLICO.....	317
II — ONDE EXISTEM OS CARGOS PÚBLICOS	318
III — CRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO.....	319
1. Criação e transformação de cargos no Executivo.....	320
2. Criação e transformação de cargos no Legislativo	322
3. Criação e transformação de cargos no Judiciário.....	323
4. Criação e transformação de cargos nos Tribunais de Contas e no Ministério Público	324
IV — CLASSIFICAÇÃO	325
1. Segundo a segurança do servidor na titularização do cargo ..	325
2. Segundo a posição do cargo no quadro funcional da Admi- nistração Pública.....	330
V — PROVIMENTO	331
1. Conceito.....	331
2. Posse	332
3. Exercício.....	332
4. Classificação: provimento originário e derivado	333
5. Quadro sinótico das formas de provimento.....	337
6. Competência para prover cargo público.....	337
7. Restrições à competência para prover cargo público	338
VI — ACUMULAÇÃO	339

VII — VACÂNCIA.....	340
1. Conceito.....	340
2. Espécies.....	340
VIII — DESNECESSIDADE	342
IX — EXTINÇÃO.....	344

Capítulo VII **SERVIÇO PÚBLICO**

I — INTRODUÇÃO	346
II — A LOCUÇÃO “SERVIÇO PÚBLICO”	346
III — CONCEITO	347
IV — INSTITUIÇÃO, REGULAMENTAÇÃO, EXECUÇÃO E CONTROLE	348
V — CLASSIFICAÇÃO	351
VI — PRINCÍPIOS	353
1. Princípio da mutabilidade do regime jurídico da prestação	353
VII — REQUISITOS	354
1. Regularidade.....	355
2. Continuidade	355
3. Eficiência.....	355
4. Segurança	356
5. Atualidade	356
6. Generalidade.....	356
7. Cortesia.....	356
8. Modicidade.....	357
VIII — REMUNERAÇÃO.....	357
IX — DIREITOS DOS USUÁRIOS	359
X — DEVERES DOS USUÁRIOS	360

XI — SUSPENSÃO DA PRESTAÇÃO	361
XII — GREVE.....	363
XIII — SUJEIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO CÓDIGO DO CONSUMIDOR.....	365

Capítulo VIII

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

I — ASPECTOS GERAIS.....	367
1. Introdução.....	367
2. Execução centralizada	368
3. Execução descentralizada.....	368
II — DESCENTRALIZAÇÃO PARA PESSOA PÚBLICA	370
1. Introdução.....	370
2. Autarquia	371
2.1. Conceito	371
2.2. Classificação	372
2.3. Criação, instituição, fins, funcionamento e extinção.....	373
2.4. Controle ou tutela.....	375
2.5. Responsabilidade.....	376
2.6. Estrutura e servidores.....	377
2.7. Privilégios.....	379
2.8. Atos e contratos.....	379
2.9. Patrimônio	380
2.10. Autarquia de regime especial	380
2.11. Execução contra a autarquia.....	381
2.12. A autarquia em juízo	381
2.13. Autarquia estadual, distrital e municipal.....	381
3. Fundação pública.....	382
3.1. Conceito	382
3.2. Fundamento.....	382
3.3. Natureza jurídica	383
3.4. Fins e lucratividade	384
3.5. Criação, instituição, funcionamento e extinção	384
3.6. Patrimônio	385
3.7. Controle.....	386
3.8. Regime tributário.....	388

3.9. Estrutura e servidores.....	388
3.10. Licitação.....	390
3.11. Prerrogativas.....	391
3.12. Responsabilidade.....	391
3.13. Execução contra a fundação pública.....	392
3.14. Fundação pública em juízo.....	393
3.15. Fundação pública estadual, distrital e municipal	393
4. Agências executivas.....	393
4.1. Introdução.....	393
4.2. Legislação.....	394
4.3. Conceito.....	395
4.4. Natureza.....	395
4.5. Qualificação.....	395
4.6. Criação.....	395
4.7. Desqualificação.....	396
4.8. Privilégios.....	396
4.9. Servidores.....	397
4.10. Atos e contratos.....	397
4.11. Agência executiva estadual, distrital e municipal ...	397
5. Agências reguladoras.....	397
6. Consórcios públicos.....	399
6.1. Introdução.....	399
6.2. Competência legislativa.....	400
6.3. Competência para instituir consórcios públicos e convênios de cooperação.....	401
6.4. Conceito.....	401
6.5. Modalidades.....	402
6.6. Constituição.....	404
6.7. Protocolo de intenções.....	404
6.8. Consorciados.....	407
6.9. Área de atuação do consórcio público.....	408
6.10. Objetivos.....	408
6.11. Competências.....	408
6.12. Contrato de rateio.....	409
6.13. Receitas e despesas.....	411
6.14. Controle pelo Tribunal de Contas.....	411
6.15. Alteração e extinção.....	412
6.16. Retirada do consorciado.....	412
6.17. Regulamentação e inaplicabilidade.....	413

6.18. Pessoal dos consórcios públicos.....	413
6.19. Responsabilidade.....	414
6.20. Estatuto.....	414
6.21. Contrato de programa.....	415
6.22. Atos e contratos	416
6.23. Outros aspectos	417
III — DESCENTRALIZAÇÃO PARA UMA PESSOA PRIVADA	417
1. Introdução.....	417
2. Concessão de serviço público.....	418
2.1. Conceito	418
2.2. Prazo e prorrogação da concessão de serviço público.....	419
2.3. Natureza jurídica	420
2.4. Objeto da concessão de serviço público.....	421
2.5. As partes envolvidas na concessão.....	422
2.6. Os interesses envolvidos na concessão	423
2.7. Os fundamentos da concessão de serviço público	423
2.8. Competência para celebrar contrato de concessão de serviço público	424
2.9. Procedimento, conteúdo e formalização da concessão de serviço público	425
2.10. A precariedade da outorga.....	426
2.11. O caráter <i>intuitu personae</i> da concessão de serviço público.....	427
2.12. Exclusividade da concessão de serviço público.....	428
2.13. Direitos e encargos do concessionário	429
2.14. Serviço adequado	432
2.15. Política tarifária.....	433
2.16. Procedimento licitatório	435
2.17. Subconcessão, transferência dos direitos concedidos e cessão do controle societário	439
2.18. Responsabilidade do concessionário.....	441
2.19. Natureza dos atos e contratos do concessionário	442
2.20. Direitos e encargos do concedente	442
2.21. Direitos e obrigações dos usuários.....	446
2.22. Extinção da concessão de serviço público	447
2.22.1. Extinção por fato jurídico.....	448

2.22.1.1. Extinção pelo decurso do prazo	448
2.22.1.2. Extinção em razão do desaparecimento do concessionário	450
2.22.2. Extinção por ato do concedente	451
2.22.2.1. Interesse público	451
2.22.2.2. Desafetação.....	452
2.22.2.3. Inadimplemento	453
2.22.2.4. Ilegalidade.....	456
2.23. Extinção por ato conjunto das partes envolvidas na concessão de serviço público	457
2.24. Extinção por sentença	457
2.25. Quadro sinótico das causas de extinção da concessão de serviço público	458
2.26. Reversão dos bens vinculados à concessão de serviço público.....	459
2.27. Arbitragem	462
3. Permissão.....	462
4. Autorização	463
5. Parcerias público-privadas.....	464
5.1. Introdução	464
5.2. Origem.....	464
5.3. Objetivos	465
5.4. Fundamento constitucional	465
5.5. Fundamento legal	466
5.6. Conceito	466
5.7. Natureza jurídica.....	467
5.8. Diretrizes.....	467
5.9. Objeto.....	468
5.10. Vedações.....	469
5.11. Espécies.....	470
5.12. Parceiros	473
5.13. Escolha do parceiro privado	473
5.14. Licitação	474
5.14.1. Edital	477
5.14.2. Julgamento, adjudicação e homologação....	478
5.15. Contrato.....	479
5.16. Remuneração do parceiro privado.....	480
5.17. Contraprestação da Administração Pública.....	481
5.18. Garantias de responsabilidade do parceiro público.	481
5.19. Garantias de responsabilidade do parceiro privado.	482

5.20. Sociedade de propósito específico	483
5.21. Comitê Gestor de Parceria Público-Privada.....	484
5.22. Fundo garantidor	485
5.23. Penalidades	486
5.24. Extinção da parceria público-privada.....	486

IV — DESCENTRALIZAÇÃO PARA PESSOA GOVERNAMENTAL.....

1. Introdução	487
2. Empresa pública	488
2.1. Conceito	488
2.2. Natureza	490
2.3. Fins	490
2.4. Criação, forma, registro, funcionamento e extinção	491
2.5. Patrimônio	493
2.6. Servidores.....	494
2.7. Prerrogativas.....	495
2.8. Atos e contratos.....	496
2.9. Regime tributário.....	497
2.10. A empresa pública e terceiros	498
2.11. Controle.....	498
2.12. Responsabilidade.....	499
2.13. Empresa pública e sociedade de economia mista: principais diferenças.....	500
2.14. Empresa pública estadual, distrital e municipal.....	500
3. Sociedade de economia mista.....	501
3.1. Conceito	501
3.2. Natureza	502
3.3. Fins	502
3.4. Criação, forma, registro e extinção	503
3.5. Capital	505
3.6. Patrimônio	506
3.7. Servidores.....	506
3.8. Prerrogativas.....	508
3.9. Atos e contratos.....	508
3.10. Regime tributário.....	509
3.11. A sociedade de economia mista e terceiros.....	510
3.12. Controle.....	510

3.13. Responsabilidade.....	511
3.14. Sociedade de economia mista e empresa pública: principais diferenças.....	512
3.15. Sociedade de economia mista estadual, distrital e municipal.....	513
4. Fundação privada	514
V — ENTIDADES DE COOPERAÇÃO.....	516
1. Introdução.....	516
2. Serviços sociais autônomos.....	516
3. Organizações sociais	518
4. Organizações da sociedade civil de interesse público.....	521
5. Fundação de apoio.....	524

Capítulo IX LICITAÇÃO

I — ASPECTOS GERAIS.....	528
1. Conceito.....	528
2. Finalidades.....	529
3. Princípios.....	531
3.1. Princípio da padronização.....	532
3.2. Princípio da vinculação ao instrumento convoca- tório	538
3.3. Princípio da competitividade.....	540
3.4. Princípio do julgamento objetivo	542
3.5. Princípio da fiscalização da licitação	543
3.6. Princípio formal e formalismo	545
4. Objeto da licitação.....	548
5. Registro de preços	552
6. Competência legislativa.....	556
7. Os obrigados a licitar.....	558
8. Promoção da licitação	561
II — EXCLUSÃO DA OBRIGAÇÃO DE LICITAR	563
1. Licitação dispensada.....	563
1.1. Introdução	563
1.2. Hipóteses de dispensa para alienações imobiliárias....	566
1.3. Hipóteses de dispensa para alienações mobiliárias.	571

2. Licitação dispensável.....	573
2.1. Introdução	573
2.2. Hipóteses em que a licitação é dispensável.....	576
2.2.1. Obras e serviços de engenharia de pequeno valor	576
2.2.2. Serviços, menos os de engenharia, e compras de pequeno valor.....	579
2.2.3. Guerra e grave perturbação da ordem.....	579
2.2.4. Emergência e calamidade pública.....	580
2.2.5. Quando não acudirem interessados à licitação	583
2.2.6. Intervenção, pela União, no domínio econômico	585
2.2.7. Propostas com preços manifestamente superiores aos do mercado	585
2.2.8. Operação entre pessoa pública e órgão ou entidade que a integre	586
2.2.9. Comprometimento da segurança nacional...	587
2.2.10. Compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração.....	588
2.2.11. Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento	590
2.2.12. Compra de hortifrutigranjeiros, pão e gêneros perecíveis	590
2.2.13. Contratação de instituição brasileira voltada à pesquisa, ao ensino e ao desenvolvimento nacional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso.....	591
2.2.14. Aquisição de bens e serviços por intermédio de organização internacional	592
2.2.15. Aquisição e restauração de obras de arte e objetos históricos	592
2.2.16. Impressão de diário oficial, formulários padronizados, edições técnicas oficiais e prestação de serviços de informática.....	593
2.2.17. Aquisição de componentes ou peças originais ..	594
2.2.18. Compras e serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas e seus meios de deslocamento.....	594

2.2.19. Compra de material pelas Forças Armadas para manter a padronização exigida pelo apoio logístico.....	595
2.2.20. Contratação de associação de portadores de deficiência física	595
2.2.21. Aquisição de bens destinados a pesquisa científica e tecnológica	596
2.2.22. Fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural	596
2.2.23. Contratações entre empresas governamentais e suas subsidiárias	597
2.2.24. Contratação de serviços com organizações sociais	598
2.2.25. Contratação por Instituição Científica e Tecnológica ou por agência de fomento para transferência de tecnologia e licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida	598
2.2.26. Celebração de contrato de programa com entes federados ou entidades de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos conforme autorizado em consórcio público ou convênio de cooperação.....	599
2.2.27. Na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuadas por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.....	600
2.2.28. Para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.....	601

2.2.29. Quando se der a aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior	602
2.2.30. Na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal	603
2.2.31. Para contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação dela constantes	604
3. Licitação inexigível.....	604
3.1. Introdução.....	604
3.2. Hipóteses de inexigibilidade	607
3.2.1. Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo	607
3.2.2. Contratação de serviços técnicos profissionais especializados.....	610
3.2.3. Contratação de artistas	614
III — MODALIDADES DE LICITAÇÃO	614
1. Aspectos introdutórios.....	614
2. As modalidades na Lei federal das Licitações e Contratos da Administração Pública	615
2.1. Concorrência	617
2.2. Tomada de preços.....	623
2.3. Convite	626
2.4. Concurso	628
2.5. Leilão.....	630
2.6. Pregão.....	633

2.6.1. Pregão presencial	634
2.6.2. Pregão eletrônico	640
2.7. Comissão de licitação.....	644
3. Registro cadastral	650
IV — FASES DA LICITAÇÃO	652
1. Aspectos introdutórios.....	652
2. A sequência das fases na concorrência.....	653
2.1. Fase da abertura.....	653
2.2. Fase da habilitação	659
2.3. Fase da classificação	668
2.4. Fase do julgamento e ordenação das propostas em razão das vantagens oferecidas	671
2.4.1. Divisibilidade do julgamento.....	676
2.4.2. Empate e critério de desempate de propostas..	678
2.4.3. Proposta mais vantajosa.....	680
2.4.4. Discussão da proposta mais vantajosa ou vencedora	681
3. Homologação e adjudicação.....	682
4. Audiência pública.....	684
5. Licitação para contratação de serviços de publicidade	686
6. O problema das cooperativas.....	687
7. O problema das microempresas e empresas de pequeno porte.....	690
7.1. A Lei Complementar federal n. 123/2006	690
7.2. Constitucionalidade	691
7.3. Vigência	692
7.3.1. Normas gerais e regulamentares	692
7.4. Os submetidos ao Estatuto	693
7.5. Procedimento: licitação tradicional e pregão	695
7.6. Participação sem favorecimento	695
7.7. Participação com favorecimento	696
7.8. Empresas beneficiadas	697
7.8.1. Pessoa física.....	697
7.8.2. Consórcio de ME, EPP e COOP.....	697
7.9. Conceito de ME, EPP e COOP	698
7.9.1. Receita bruta	700
7.9.2. Ano-calendário.....	701
7.9.3. Comprovação	702

7.9.4. Declaração de ME, EPP e COOP	703
7.9.5. Finalidade da declaração.....	704
7.9.6. Momento de apresentação da declaração.....	705
7.10. Regime diferenciado e favorecido	706
7.11. Participação sem estar regular para com o fisco	707
7.11.1. Consequências da não regularização	708
7.11.1.1. Decadência do direito à contratação.	708
7.11.1.2. Aplicação do art. 81 da Lei federal n. 8.666/93.....	708
7.11.1.3. Convocação dos remanescentes	709
7.11.1.4. Revogação da licitação	711
7.12. Empate nas propostas licitatórias	712
7.12.1. Empate real nas licitações tradicionais	713
7.12.2. Empate real no pregão	714
7.12.3. Empate ficto nas licitações tradicionais	714
7.12.4. Empate ficto no pregão	715
7.13. Nova proposta e regularização fiscal na concor- rência	715
7.13.1. Hipótese de empate real	718
7.13.2. Hipótese de empate ficto	720
7.14. Nova proposta e regularização fiscal no pregão.....	722
7.14.1. Hipótese de empate ficto no pregão.....	724
7.15. Por que dos cinco dias úteis	726
7.16. Licitações diferenciadas.....	727
7.16.1. Licitação exclusiva para ME, EPP e COOP...	729
7.16.2. Licitação com obrigação do vencedor de subcontratar	731
7.16.3. Licitação com cota em favor de ME, EPP e COOP	733
7.17. Cédula de crédito microempresarial.....	735
7.18. Balanço patrimonial	736
7.19. Instrumento convocatório.....	736
8. Pré-qualificação.....	737

V — REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO	739
1. Introdução.....	739
2. Revogação	740

3. Invalidação.....	743
4. Desistência.....	746
VI — CONTROLE DA LICITAÇÃO.....	747
1. Recursos administrativos.....	748
1.1. Recurso hierárquico	749
1.2. Representação	752
1.3. Pedido de reconsideração.....	753
2. Recursos judiciais.....	754
3. Controle pelo Tribunal de Contas.....	755

Capítulo X

CONTRATO ADMINISTRATIVO

I — ASPECTOS GERAIS.....	757
1. Introdução.....	757
2. Regime jurídico	758
3. Direitos do contratado	762
4. Conceito.....	762
5. Objeto	763
6. As partes contratantes.....	764
7. Competência legislativa.....	765
8. Interpretação	766
9. Pré e pós-requisitos	767
10. Vigência e eficácia.....	768
11. Prazo contratual.....	769
11.1. Contagem.....	777
11.2. Prorrogação	778
11.3. Redução	780
12. Garantias.....	781
13. Inatingibilidade das cláusulas contratuais por lei posterior	785
II — FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO .	785
1. Conceito.....	785
2. Instrumento.....	786
2.1. Conceito	786
2.2. Espécies	786
2.3. Forma	788
2.4. Partes do termo de contrato.....	788

2.5. Exame e aprovação da assessoria jurídica.....	791
2.6. Conhecimento do termo de contrato	793
3. Cláusulas exorbitantes	794
4. Publicidade	796
5. Registro.....	798
III — EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	798
1. Conceito.....	798
2. Acompanhamento.....	799
3. Cláusulas <i>rebus sic stantibus</i> e <i>pacta sunt servanda</i>	799
4. Teoria da imprevisão e revisão do contrato	800
5. Reajustamento de preços.....	801
6. Repactuação.....	802
7. Direitos e obrigações das partes	805
8. Equação econômico-financeira	807
9. Fato do príncipe e fato da Administração.....	808
10. Subcontratação e cessão do contrato	810
11. Associação, fusão, cisão ou incorporação	815
12. Recebimento do objeto.....	817
13. Pagamento	820
IV — ALTERAÇÃO DO CONTRATO.....	823
1. Conceito.....	823
2. Espécies	824
3. Onde pode incidir a alteração.....	824
4. Acréscimos e supressões	826
5. Aditamento	828
V — INEXECUÇÃO DO CONTRATO	829
1. Conceito.....	829
2. Espécies	829
3. Quem pode descumprir o contrato	830
4. Consequências da inexecução	830
5. A exceção de contrato não cumprido	834
6. Arbitragem.....	836
VI — CONTROLE PELO TRIBUNAL DE CONTAS	837

VII — EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	838
1. Fatos e atos extintivos.....	838
2. Extinção em razão de um fato	839
2.1. Extinção pelo cumprimento do objeto	841
2.2. Extinção pelo cumprimento do prazo	841
2.3. Extinção pelo desaparecimento do contratante particular.....	842
2.4. Extinção pelo desaparecimento do objeto.....	845
3. Extinção em razão de um ato	845
3.1. Rescisão administrativa.....	846
3.2. Rescisão consensual	850
3.3. Rescisão judicial.....	850
VIII — CONTRATOS EM ESPÉCIE	851
1. Generalidades	851
1.1. Contrato de obra pública	852
1.2. Contrato de serviço	853
1.2.1. Terceirização	855
1.3. Contrato de fornecimento.....	857
1.4. Contrato de concessão de uso de bem público.....	858
1.5. Contrato de concessão de obra pública	859
1.6. Contrato de empréstimo público	860
1.7. Contrato de gestão.....	860
1.8. Convênios e consórcios	861
1.8.1. Introdução	861
1.8.2. Convênios	862
1.8.3. Consórcios	867

Capítulo XI

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO

I — ASPECTOS GERAIS.....	869
1. Intervenção	869
2. Modalidades de intervenção	870
3. Fundamentos da intervenção	871
4. Competência para intervir na propriedade	871
5. Procedimento interventivo.....	871
6. Limites.....	871

II — INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE	872
1. Introdução.....	872
2. Conceito.....	872
3. Meios interventivos	872
3.1. Limitação administrativa.....	873
3.2. Ocupação temporária	875
3.3. Servidão administrativa.....	877
3.4. Tombamento e registro.....	879
3.5. Parcelamento e edificação compulsórios	883
3.6. Requisição.....	884
III — INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	885
1. Introdução.....	885
2. Conceito.....	886
3. Competência interventiva	886
4. Fundamento	887
5. Meios interventivos	887
5.1. Controle de preços.....	888
5.2. Controle do abastecimento.....	888
5.3. Repressão ao abuso do poder econômico.....	889
5.4. Monopólio.....	889
5.5. Fiscalização	890
5.6. Incentivo.....	890
5.7. Planejamento.....	890

Capítulo XII DESAPROPRIAÇÃO

I — ASPECTOS GERAIS.....	891
1. Introdução.....	891
2. Conceito.....	892
3. Espécies	892
4. Fundamentos	895
5. Competências legislativa, declaratória e executória.....	896
6. Aquisição originária	898
7. Beneficiários dos bens expropriados	899
II — REQUISITOS CONSTITUCIONAIS	900
1. Introdução.....	900

2. Necessidade pública, utilidade pública e interesse social	900
3. Prévia e justa indenização em dinheiro	902
III — DESVIO DE FINALIDADE	908
IV — CONSUMAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO	909
V — RETROCESSÃO	910
VI — OBJETO DA DESAPROPRIAÇÃO.....	913
1. O que pode ser desapropriado	913
2. Desapropriação de bem público	915
3. Desapropriação de bens de autarquias, empresas governa- mentais e concessionárias.....	916
4. Desapropriação de ações	919
VII — DESAPROPRIAÇÃO POR ZONA	920
1. Conceito.....	920
2. Requisitos	921
VIII — DESAPROPRIAÇÃO PARA URBANIZAÇÃO E REURBA- NIZAÇÃO.....	921
1. Conceito.....	921
2. Implantação de loteamento.....	922
3. Implantação de distrito industrial	923
4. Desapropriação nos termos do art. 182, § 4º, III, da Consti- tuição Federal	924
IX — PROCEDIMENTO EXPROPRIATÓRIO	926
1. As fases do procedimento.....	926
2. Declaração expropriatória	927
2.1. Conceito	927
2.2. Competência.....	927
2.3. Objeto.....	928
2.4. Requisitos.....	928
2.5. Efeitos	928
2.6. Caducidade.....	929
3. Direitos do expropriado na vigência da declaração expro- priatória	929

4. Execução expropriatória	930
4.1. Execução amigável.....	930
4.2. Execução judicial	931
5. Defesa do expropriado e direito de extensão.....	932
X — IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE	933
1. Conceito.....	933
2. Requisitos	933
2.1. Declaração de urgência	933
2.2. Depósito	934
2.2.1. Imissão provisória de posse em geral	934
2.2.2. Imissão provisória de posse em particular ..	935
3. Imissão provisória de posse e ingresso no bem.....	936
4. Imissão provisória de posse amigável	937
5. Imissão definitiva de posse	937
XI — PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO	937
XII — DESISTÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO.....	938
XIII — CONTROLE JURISDICIONAL DA DESAPROPRIAÇÃO .	940
1. Incidência	940
2. Anulação.....	940

- Capítulo XIII BENS PÚBLICOS

I — ASPECTOS GERAIS	942
1. A locução “bens públicos”	942
2. Conceito.....	942
3. Propriedade.....	943
4. Defesa.....	944
5. Classificação.....	944
5.1. Bens de uso comum do povo.....	945
5.2. Bens de uso especial.....	947
5.3. Bens dominicais	948
6. Afetação e desafetação	948
7. Competência legislativa.....	951
8. Regime jurídico	951

II — AQUISIÇÃO.....	954
1. Aspectos preliminares	954
2. Aquisição originária e derivada.....	955
3. Aquisição <i>inter vivos</i> e <i>causa mortis</i>	955
4. Aquisição pela transcrição do título aquisitivo.....	956
4.1. Contrato de compra e venda.....	957
4.1.1. Bem.....	957
4.1.2. Preço	958
4.1.3. Consentimento	959
4.1.4. Forma.....	959
4.1.5. Processo	960
4.1.6. Interesse público	961
4.1.7. Avaliação.....	962
4.1.8. Lei autorizadora.....	963
4.1.9. Licitação.....	964
4.2. Contrato de troca ou permuta.....	964
4.3. Contrato de doação.....	967
4.4. Contrato de dação em pagamento	969
4.5. O resgate no contrato de aforamento	970
5. Aquisição por acessão	972
5.1. Acessão pela formação de ilha.....	972
5.2. Acessão por aluvião	973
5.3. Acessão por avulsão.....	973
5.4. Acessão do álveo pelo abandono das águas.....	974
6. Aquisição pela usucapião	975
7. Aquisição por ato de última vontade — testamento.....	976
8. Aquisição por desapropriação	977
9. Aquisição por arrematação ou adjudicação.....	977
9.1. Arrematação	977
10. Aquisição por força de lei ou Constituição	978
10.1. Aprovação e registro do parcelamento.....	978
10.2. Criação e instalação de Município	979
10.3. Criação de Estado.....	980
10.4. Reversão na extinção de concessão de serviço público.....	980
10.5. Aquisição <i>ex vi constitutione</i>	981
10.6. Declaração da vacância da herança.....	982
11. Aquisição por investidura.....	982

III — ADMINISTRAÇÃO	985
IV — USO	986
1. Utilização pela Administração Pública.....	986
2. Utilização pelo povo.....	987
3. Utilização privativa.....	987
4. Instrumentos do uso privativo	989
4.1. Concessão de uso	989
4.2. Permissão e autorização.....	989
4.3. Concessão de direito real de uso.....	990
4.4. Cessão de uso.....	991
4.5. Locação e comodato.....	992
V — ALIENAÇÃO	993
1. A alienabilidade dos bens públicos em geral	993
2. A alienação dos bens públicos de uso comum e especial	996
3. Espécies de alienação	997
3.1. Incorporação.....	997
3.2. Retrocessão	998
VI — BEM PÚBLICO EM ESPÉCIE.....	998
1. Terrenos de marinha	998
1.1. Origem	998
1.2. Finalidade e importância.....	999
1.3. Conceito e classificação	1000
1.4. Propriedade	1001
1.5. Natureza	1001
1.6. Demarcação.....	1001
1.7. A linha do jundu.....	1002
1.8. Administração	1003
1.9. Terrenos de marinha não se confundem com terrenos acrescidos, reservados e de mangue.....	1003
1.10. Utilização e formas	1004
1.11. Aforamento administrativo	1006
1.12. Resgate das marinhas aforadas.....	1007
1.13. Extinção do aforamento administrativo	1008
1.14. Preferência municipal ou estadual	1009
1.15. Interesses municipais sobre as marinhas.....	1010
1.16. Desapropriação do domínio útil.....	1013

2. Terrenos reservados ou terrenos marginais	1014
3. Terrenos acrescidos	1016
4. Terras indígenas	1016
5. Terras devolutas	1018
6. Plataforma continental	1021
7. Faixas de fronteira	1021
8. Ilhas	1022
9. Solo criado	1023

Capítulo XIV

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

I — CONTROLE	1024
1. Introdução	1024
2. Espécies	1025
3. Conceito	1025
II — CONTROLE ADMINISTRATIVO	1026
1. Conceito	1026
2. Objetivo	1026
3. Fundamento	1026
4. Instrumentos	1026
4.1. Direito de petição	1027
4.2. Pedido de reconsideração	1028
4.3. Reclamação administrativa	1029
4.4. Recurso administrativo ou hierárquico	1029
5. Prescrição administrativa	1035
6. O silêncio da Administração Pública	1038
7. Coisa julgada administrativa	1040
III — CONTROLE LEGISLATIVO	1040
1. Conceito	1040
2. Objetivo	1040
3. Meios de controle legislativo	1041
3.1. Comissão Parlamentar de Inquérito	1041
3.2. Pedido de informação	1041
3.3. Convocação de autoridades	1042
3.4. Participação na função administrativa	1043
3.5. Função jurisdicional	1043

3.6. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	1044
3.7. Sustação dos atos normativos do Executivo.....	1044
IV — CONTROLE JURISDICIONAL	1045
1. Conceito.....	1045
2. Objetivo	1046
3. Extensão	1046
4. Fundamento	1047
5. Sistemas.....	1047
5.1. Sistema de administração-juiz.....	1047
5.2. Sistema de jurisdição única.....	1047
5.3. Sistema de jurisdição dual.....	1048
6. Instrumentos do controle jurisdicional	1049
6.1. Mandado de segurança.....	1049
6.2. Ação popular	1055
6.3. <i>Habeas data</i>	1056
6.4. Mandado de injunção	1058
6.5. Ação civil pública.....	1059
7. Prescrição judicial	1061
V — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM JUÍZO	1062

Capítulo XV
PROCESSO ADMINISTRATIVO E SINDICÂNCIA

I — PROCESSO ADMINISTRATIVO	1067
1. Conceito.....	1067
2. Processo administrativo e procedimento	1068
3. Competência legislativa.....	1069
4. Princípios.....	1070
4.1. Princípio da legalidade objetiva	1071
4.2. Princípio da oficialidade	1071
4.3. Princípio do informalismo	1071
4.4. Princípio da publicidade.....	1072
5. Objeto	1073
6. Finalidade	1073
7. Fases	1073
7.1. Fase de instauração	1074
7.2. Fase da instrução	1075
7.3. Fase do relatório.....	1076

7.4. Fase da decisão ou julgamento.....	1076
8. Formação material do processo.....	1077
8.1. Autos suplementares.....	1079
9. Vista e cópia do processo.....	1079
10. Prazos de conclusão e prorrogação.....	1081
11. Espécies.....	1082
11.1. Processo de outorga.....	1082
11.2. Processo de polícia.....	1083
11.3. Processo de controle.....	1084
11.4. Processo de punição.....	1084
11.5. Processo de expediente.....	1085
12. Nas empresas governamentais e autarquias.....	1086
13. Arquivamento.....	1086
14. Certidão.....	1088
15. Extinção.....	1089
II — PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	1089
1. Conceito.....	1089
2. Fundamento.....	1089
3. Objeto e finalidade.....	1090
4. Obrigatoriedade.....	1090
5. Princípios.....	1091
6. Fase da defesa.....	1092
6.1. Ampla defesa.....	1092
6.2. Contraditório ou contraditoriedade.....	1093
6.3. Devido processo legal ou adequado processo jurídico.....	1094
7. Conclusão.....	1094
8. Procedimento criminal paralelo.....	1094
9. Sanção disciplinar.....	1095
10. Comissão processante.....	1098
10.1. Composição.....	1098
10.2. Competência.....	1099
10.3. Espécies.....	1100
11. Revisão.....	1100
III — SINDICÂNCIA.....	1102
1. Conceito e finalidade.....	1103
2. Natureza.....	1103
3. Objeto.....	1104
4. Instauração.....	1104

5. Comissão de sindicância	1104
6. Fases	1105
7. Rito processual	1105
8. Publicidade ou sigilo	1105
9. Vícios.....	1105
IV — VERDADE SABIDA E TERMO DE DECLARAÇÃO.....	1106

Capítulo XVI
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

I — ASPECTOS GERAIS.....	1108
1. Conceito.....	1109
2. Fundamento	1109
3. Evolução	1110
4. Exclusão da responsabilidade.....	1115
5. Características do dano reparável.....	1117
6. Responsabilidade do Estado por atos legislativos e judiciais.....	1118
II — REPARAÇÃO DO DANO E DIREITO DE REGRESSO	1119
1. Procedimento administrativo.....	1120
2. Procedimento judicial.....	1121
3. A indenização do dano	1122
4. Ação regressiva.....	1122
III — A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO BRASIL	1124
1. Aspectos históricos.....	1124
1.1. Período colonial	1124
1.2. Período imperial.....	1125
1.3. Período republicano	1125
2. O § 6º do art. 37 da Constituição de 1988.....	1127
3. Responsabilidade objetiva por dano nuclear	1130
4. Responsabilidade das pessoas privadas prestadoras de serviço público	1131
5. Responsabilidade por atos terroristas	1131
6. Prescrição do direito de exigir indenização.....	1131
<i>Bibliografia</i>	1133
<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	1143